

SESSÕES DO PLENÁRIO

3ª Sessão Ordinária da Convocação Extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 08 de janeiro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. PROF. VALDECI *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. JOELCIO MARTINS *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Coroa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Fábio Santana, Fernando Torres, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Barradas, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (54)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário ler o expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Professor Valdeci, faz a leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Fernando Torres, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 03 e 15/12/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Fábio Santana, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 01 e 02/12/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, representantes da imprensa, teleouvintes da *TV Assembléia*, hoje, pela manhã, ao tomarmos conhecimento das notícias pelos jornais da cidade, vimos declarações do Exmº Sr. Secretário da Segurança Pública, Dr. César Nunes. E a manchete do jornal *A Tarde* é: “Vamos partir para cima dos bandidos”.

(Lê) *“CRIMINOSOS ESTÃO ENFRENTANDO MESMO. NÃO PODEMOS NOS ACOVARDAR.*

SEGURANÇA PÚBLICA VAMOS TER QUANDO TIVERMOS AÇÕES SOCIAIS EM ÁREAS DE CONFLITO.”

E ouça bem esta outra pérola do Exmº Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado da Bahia, deputado Álvaro:

(Lê) *“SE ALGUM POLICIAL ESTIVER COM MEDO, ME CHAME PARA SAIR COM ELE NA RUA.”*

Declaração do Exmº Sr. Secretário da Segurança Pública: “Se algum policial estiver com medo, me chame para sair com ele na rua”. É trágico, mas também é cômico.

Quantos policiais tem o Estado da Bahia? Quantos policiais temos no Estado da Bahia? Mandeí meu gabinete levantar, somar Polícia Civil e Polícia Militar, e não houve tempo para obter a resposta ainda hoje de manhã.

“Se algum policial estiver com medo, me chame para sair com ele na rua”. Esta não pode ser, senhoras e senhores, uma declaração de um secretário da Segurança Pública, colocando o policial numa situação de saia justa. O que ele deveria declarar é que tem uma política pública de segurança para o Estado da Bahia, uma estratégia de atuação.

Disse há pouco, em entrevista na *Rádio MetrÓpole*, da necessidade de o Exmº Sr. Governador assumir a segurança pública do Estado da Bahia, convocando a sociedade civil.

Autorizei minha assessoria a fazer uma indicação para que eu a encaminhe ainda hoje, pela manhã, ao Exmº Sr. Governador do Estado para que criemos na Bahia um pacto contra a violência, convocando todos os segmentos sociais: OAB, ABI, Conselho de Direitos Humanos, Federação das Indústrias, CDL, sindicatos, Assembléia Legislativa da Bahia, câmaras de vereadores, Governo Federal, Secretaria Nacional de Justiça.

Repetirei a pérola:” Se algum policial estiver com medo, chame-me para sair com ele na rua.” Esta não é uma política pública de segurança. No conteúdo dessa entrevista - tenho um respeito muito grande ao Exmº Sr. Secretário, trata-se de um profissional do mais alto conteúdo, do mais alto respeito -: “ Não podemos nos acovardar . Se tem de tombar que tombe do lado dos bandidos. A gente está partindo para cima mesmo.” Olha, é uma autoridade constituída. É o representante do Exmº Sr. Governador do Estado.

Eu aí, deputado Gildásio Penedo, deputado Pedro Alcântara, V.Exª que é um pouco mais velho nesta Casa do que eu, lembro-me do passado quando V.Exª era Líder do governo e que as Comissões de Direitos Humanos do País, da anistia internacional, da ONU, vinham à Bahia trazidas por esses que estão hoje no Governo. O que eles vão responder a esta declaração do Exmº Sr. Secretário? “Não podemos nos acovardar. Se tem de tombar que tombe do lado dos bandidos. A gente está partindo para cima mesmo.” Vejam a declaração do Exmº Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, representando o Exmº Sr. Governador do Estado da Bahia.

E manchete: “Se algum policial estiver amedrontado, chame-me.” O telefone da Secretaria de Segurança não deve ter parado. Não deve ter parado! O que nós precisamos é exatamente uma política de segurança pública. O que nós precisamos é exatamente de uma estratégia para combater o narcotráfico tão bem identificado pelo Exmº Sr. Secretário de Segurança.

O problema da Bahia é que nós estamos reféns do narcotráfico, e ele já declarou na sua entrevista. Então, precisamos de montar uma estratégia policial, social. Não adiante ficar discutindo que precisamos implantar políticas sociais, isso é um lugar comum. O governo do presidente Lula tem seis anos, preconiza que as suas políticas sociais...

O Sr. PRESIDENTE (Joélcio Martins):- Deputado Heraldo Rocha, para concluir.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Já vou concluir, deputado.

(...) como bolsa-família, política agrícola para famílias, enfim, todos os programas, o Fundeb, são programas institucionais que estão sendo executado pelo Estado.

Portanto, eu concluo, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V.Exª e dizendo ao nosso secretário que reflita sobre o que disse: “Se algum policial estiver amedrontado, chame-me.”

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joélcio Martins):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Eu realmente não entendi aqui a colocação do deputado Heraldo Rocha. Essa polêmica, porque o secretário de Segurança Pública está argumentando é que tem de combater o crime. Tem algum erro em defender o

combate ao crime? A colocação dele foi de que é preciso combater o crime organizado e para combatê-lo é preciso ter coragem. Essa é a declaração do secretário da Segurança Pública.

Não tenho nenhum receio de debater o tema violência porque, se formos analisar aqui, desde quando entrei na Assembléia Legislativa mantenho meus pronunciamentos regulares. Eu não saí de zero para fazer 200 pronunciamentos. Venho duma média regular de pronunciamentos em todos os anos. Quando era Oposição, eu falava. E agora como governo também falo. A média dos meus pronunciamentos é constante, permanente na Oposição e na Situação.

O Sr. Heraldo Rocha:- Eu não critiquei V.Ex^a. Muito pelo contrário. Até o elogio.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Eu sei. Estou apenas fazendo uma fundamentação.

Os meus pronunciamentos são permanentes, constantes tratando esta questão de uma forma muito tranquila, porque estudo o assunto.

Sou presidente da uma entidade, o IAPAZ, Instituto de Estudo e Ação pela Paz com Justiça Social, cuja meta é o combate à violência com justiça social. É preciso que a gente trate a questão da violência. Tenho de trazer a esta tribuna mais uma vez os dados da violência para contrapô-los a algumas informações que são colocadas aqui. Vejamos o seguinte: em 2006 houve 1.223 homicídios. Em 2007, 1.665 - um crescimento de 36%. Em 2008, 2.237 - um crescimento de 34,3% na Região Metropolitana de Salvador.

Vejamos os números de 2000 a 2005. Nesse período Salvador foi a capital em que houve o maior número de homicídios em todo o Brasil em termos percentuais. Vamos aos dados: o crescimento da violência em Salvador de 2000 a 2005 foi de 252%. Esse foi um crescimento maior que o de todas as outras capitais do Brasil. Não houve uma capital sequer no País que tenha tido um crescimento tão alto quanto esta. Ainda houve capitais onde aconteceu a redução da violência.

Portanto, 2000 a 2005 foi um período no qual a violência em Salvador estourou. E 2006/2007/2008 são consequência desse crescimento da violência que nós observamos nesta cidade. Mas o que se observa também é que, comparando Salvador com o Brasil, a nossa Nação reduziu a violência exatamente em 2004, 2005 e 2006, coincidentemente os anos em que o presidente Lula investiu no social. A violência vinha crescendo de forma assustadora de 1979 até 2003, mas a partir de 2004 começou a cair.

Portanto, aqui na Bahia, o governador Jaques Wagner vem agindo de maneira muito sábia porque está atacando essa questão da violência em duas frentes principais, que é a organização da segurança pública para combater o crime organizado, para buscar a segurança da sociedade. Ao mesmo tempo, o governador Jaques Wagner investe em medidas estruturantes para reduzir as desigualdades sociais. A única forma para reduzir os níveis de violência em Salvador, na Bahia, no Brasil e no mundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joélcio Martins):- Com a palavra o deputado Gilberto Brito pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Meu estimado e querido amigo presidente *ad hoc*, deputado Martins, eu não tinha consciência de que a Secretaria da Mesa tivera-me inscrito para falar, e V.Ex^a anunciou o meu modesto nome. Não relutei em vir a esta tribuna. Quero cumprimentar V.Ex^a por sua serenidade e paciência, por seu equilíbrio e sensatez, por seu compromisso e alinhamento com suas causas.

Quero dizer da coisa bonita de V.Ex^a em ter chegado aqui arrastando a sua esteira, fazendo o seu caminho e plantando as suas árvores. Um homem recatado de pouca conversa, o que, sem dúvida, comprova o seu equilíbrio de político conselheiro, o político amigo e solidário com aqueles que o cercam e seguem a sua orientação. Eu não quero dizer liderança. Até pelo fato de não ter líder, creio que poucos podem tê-lo, até porque pouca gente pode ser líder, a exemplo de um cristo da vida, mas pessoas que pautam suas condutas e ações e que de quando em quando fazem alguns seguidores.

Eu tenho certeza de que os que o seguem assim o fazem pela decência e equilíbrio de V.Ex^a, pela ponderação e compromisso com sua causa, em especial, com aqueles que moirejam lá na santa luz, que a santa já dá luz própria de sua força espiritual, e V.Ex^a com capacidade e denodo tem contribuído para que o seu município continue sempre iluminado por paz.

Então, vim atender ao chamamento de V.Ex^a basicamente por essa razão e por mera coincidência do destino de ter ao seu lado a figura querida de uma pessoa que eu, carinhosamente, chamo de Dom Pedro de Orleans e Bragança. E ele acrescenta um Sousa, para não perder também a sua origem que lixou um bocado na vida para vencer.

Deputado Pedro Alcântara retorna a esta Casa de forma definitiva, não tendo alcançado a sua eleição plena em 2006, uma grande injustiça; V.Ex^a que eu reputo como o melhor tribuno desta Casa, aguerrido, determinado, combativo, bem articulado. Afora a condição dada por Deus, oportunidade de aliviar as dores e prolongar a vida, fazendo com que as luzes sejam sempre brilhantes nos olhos daqueles que nascem como sendo luzes e esperanças da vida.

Um abraço aos dois amigos que servem de exemplo para o professor que hoje, pela segunda vez, senta à Mesa como secretário *ad hoc*, contribuindo no anonimato para o trabalho da Casa. Anonimato daqui, mas o verbo bem recitado lá na sua Santa Maria da Vitória. Um grande abraço!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joélcio Martins):- O deputado Clóvis Ferraz falará por 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ontem alertamos aqui desta tribuna sobre o problema da PEC que acaba com a estabilidade do servidor público. Entendemos que o governador Jaques Wagner ao encaminhar esse projeto, e não sabemos nem se a Secretaria da Administração

discutiu com o governador, porque esse é um projeto capcioso, enganador e que vem tirar direitos do servidor público. Estão chegando *e-mails* de diversas partes exatamente alertando o que fizemos aqui, o deputado Heraldo Rocha também o fez, de que isso vem tirar um direito assegurado ao servidor público.

Chegou ao nosso conhecimento um *e-mail* que diz:

(Lê) *“O governador Jaques Wagner pretende suprimir do servidor público um direito assegurado pela Constituição do Estado. Trata-se da estabilidade econômica, vantagem alcançada pelo servidor público efetivo após o exercício de cargo de provimento temporário por 10 anos, ou seja, após a prestação de um serviço adicional aos serviços para os quais o servidor foi contratado.”*

“A Constituição do Estado da Bahia, em seu art. 39, busca proteger o poder aquisitivo do servidor determinando que: Ao servidor que exercer por 10 anos, contínuos ou não, cargos em comissão e função de confiança, é assegurado o direito de continuar a perceber, no caso de exoneração ou dispensa, como vantagem pessoal, o valor do vencimento correspondente ao cargo de maior hierarquia que tenha exercido por mais de dois anos contínuos, obedecido para o cálculo o disposto em lei.”

Só que o projeto de emenda constitucional, a PEC 114/2008, acaba com esse direito a partir da aprovação, publicação e sanção da lei pelo governador. Ou seja, todo servidor, mesmo aqueles que estejam cumprindo o interstício, não terá mais direito. Se o servidor, por exemplo, estiver com 9 anos no cargo em comissão, cessa o direito dele, ele não terá mais esse direito, acaba. Só terá o direito assegurado aqueles que já tenham obtido a estabilidade econômica, ou seja, tenham completado os 10 anos em cargo em comissão.

Além do mais, o Projeto de Lei nº 17.727/2008, muda a fórmula de cálculo do reajuste do servidor que já tenha a estabilidade assegurada. E isso vai acontecer o quê? Um achatamento salarial de todos esses servidores. Ontem citei aqui o exemplo da Polícia Militar. Um coronel que tenha ao longo do tempo conseguido a estabilidade no cargo em comissão, a chamada GAP, no valor X, como vai ter o aumento diferenciado agora, será o aumento do funcionalismo e não mais o aumento do cargo, vai haver um achatamento, e um major pode vir a ganhar mais que um coronel na continuidade, porque o aumento do cargo vai ser diferenciado. Ou seja, vai haver um achatamento salarial. Acho que os servidores não foram avisados disso, esse projeto não passou pela famosa Mesa de Negociação. Então, veio para a Assembleia sem que houvesse uma discussão.

Portanto, nós estamos apresentando uma emenda, a Bancada da Oposição, para que seja retirado de pauta esse projeto, até porque não estava acordado. Que ele seja retirado de pauta para que não venha prejudicar o servidor público, que já é prejudicado por uma série de questões.

Então, a Bancada da Oposição está apresentando uma emenda, e nós ontem vimos também a afirmação Capitão Tadeu, que disse que não vota de jeito nenhum. Estou vendo ali a deputada Angela Sousa e o deputado Jurandy Oliveira falando também que não votam de jeito nenhum nesse projeto, porque acaba com direitos do

servidor. Nós, da Bancada da Oposição, concordamos nesta convocação extraordinária em votar os projetos que tivessem o apoio dos servidores públicos.

Estamos vendo aqui a manifestação dos deputados, queria até que a deputada Angela Sousa e o deputado Jurandy confirmassem que não apóiam esse projeto. E nós pedimos que sejam retirados de pauta tanto a PEC como o projeto de lei 17.727/2008 para que sejam futuramente rediscutidos e que sejam aqui discutidos e votados...

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Deputado, o “médio expediente” já está quase grande.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Com a sua devida tolerância, nobre deputado Gilberto, lá das barrancas do Paramirim, tenho certeza de que V.Ex^a, com a sua costureira gentileza, vai deixar que eu termine o meu raciocínio, porque estamos falando de um assunto gravíssimo, deputado, V.Ex^a, que preside a sessão, tenho certeza de que também não concorda com esse projeto. São dois projetos que vêm prejudicar o funcionalismo público, e nós não vamos aceitar isso, não vamos votar. Por isso estamos apresentando a emenda, a Bancada da Oposição, para que sejam retirados da pauta tanto a PEC quanto o projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Concluso o “médio expediente” do deputado Clóvis Ferraz, convido o deputado Bira Coroa para sustentar também a sua tese durante 5 minutos, conforme estabelecido no Regimento Interno, e o nobre e querido amigo e colega, deputado Aderbal Caldas, que está sendo aqui solicitado pelo estimado colega deputado Pedro Alcântara, para com igual brio tomar assento na 2^a Secretaria da Mesa.

Passo a palavra ao deputado Bira Coroa.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. e Sr^{as} Servidores desta Casa, Srs. da Imprensa, Srs. Visitantes, Sr. Presidente, faço uso da palavra neste momento, mais uma vez, para chamar a atenção desta Casa e dos pares da linha de discurso que a gente utiliza no dia-a-dia. Reconheço o papel da Oposição, fiz oposição quase toda a minha vida, e reconheço também o papel da Situação. Mas é necessário fazer alguns esclarecimentos:

Estamos discutindo no cenário do nosso Estado e em especial na nossa capital, Salvador, a situação da violência, e não dá para discutir violência pontual, só dá para discutir no contexto da sociedade e de todas as vertentes que ocasionam a violência.

Mas é interessante destacar que a transferência da responsabilidade do crescimento da violência para o governo Wagner entendo que é injusta e digo por quê. A violência nos parâmetros nacional e internacional vem crescendo, vem se acentuando, é uma questão de debate e discussão presente em todo e qualquer Parlamento, principalmente nas grandes capitais, a exemplo de São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Salvador. Porém, o que não podemos é utilizar do expediente para passar uma borracha no passado, sem a preocupação de estar olhando para o retrovisor, e

transferir para o tempo presente toda a responsabilidade dessa situação.

O que pontualmente quero dizer é que a situação da violência de hoje é o efeito da ausência de medidas e ações, melhor dizendo, de ausência de políticas públicas comprometidas com a sociedade por governos passados, como exemplo, na educação, e que levou a Bahia ao maior índice de analfabetismo do País; destruiu o ensino público técnico profissionalizante, o que ocasiona hoje dificuldades de a nossa juventude ingressar no mercado de trabalho, cada vez mais seletivo; não ampliou o ensino público de terceiro grau; não se preocupou com o enfrentamento ao desemprego; não valorizou a condição de vida do nosso povo, permitindo o crescimento da Região Metropolitana, desordenadamente, sem plano de gestão, a exemplo de Salvador, em que há um acúmulo, os bairros periféricos sequer têm acesso para veículos, não têm cobertura de esgotamento sanitário, não têm transporte e, conseqüentemente, não têm uma boa cobertura em nível de energia pública, iluminação pública, dentre outros aspectos que poderia estar aqui pontuando; não se preocupou em oferecer uma saúde de qualidade; tirou a auto-estima do povo, e vivenciamos na periferia o grande referencial oferecido pela ausência de política públicas que é o marginal como herói.

Então, Sr. Presidente, discutir segurança pública é discutir esses efeitos. Mas quero também dizer que não podemos esquecer que o crescimento da violência no Estado da Bahia sempre foi pontuado como dos maiores do Brasil e, nos governos deles, estão aqui dados oferecidos pelo deputado Álvaro Gomes, e que quero reforçar: crescimento dos homicídios nas capitais do País; Salvador, de 2000 a 2005, quem governava não era Jaques Wagner, não era o PT, mas está aqui o maior crescimento do País na violência nas capitais brasileiras, Salvador; o maior índice de desemprego nesse mesmo período, Salvador.

E, aí, Sr. Presidente, quero simplesmente dizer que vir aqui e dizer que o crescimento da violência que eles imputam a responsabilidade a Wagner é tentar jogar para debaixo do tapete, é tentar se omitir e assumir que, naquele período de 2000 a 2005, a Oposição de hoje não tinha postura de vir aqui e atacar os problemas de governo como nós hoje, que somos da Base governista, fazemos. Este governo democrático nos permite, respeita e garante a nossa autonomia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o governo Wagner, que é virtual, um governo de propaganda, um governo do caos na Saúde, na Segurança Pública, na geração do emprego e renda, fez um alarde muito grande e muita propaganda sobre as eleições diretas para diretores das unidades escolares. É um exemplo que o município de Salvador dá ao Brasil na eleição dos diretores, e o PT fez totalmente o contrário. A maior balbúrdia, a maior desorganização e, como é uma característica do governo Wagner, confunde os interesses do Estado, do governo com os interesses partidários.

O governo anunciou essa eleição dos diretores das unidades escolares, deputado Álvaro Gomes, como uma grande medida de democratização. E o que é que se viu no período dessas eleições? Escolas fechadas, as Direc's partidarizando o processo de escolha de diretores, falta de chapas, denúncias de medidas politiqueras para evitar inscrições de chapas concorrentes, reclamações das comunidades e falta de quórum.

A Bancada do governo nesta Casa parece que está em Israel. Israel não, porque eles chamam o estado judeu de um estado terrorista, como foi chamado ontem aqui, parece que estão na Faixa de Gaza, só se preocupam com os problemas dos embates dos judeus com os palestinos.

Mas de tanto a gente falar aqui, deputado Heraldo Rocha, consegue trazer o deputado Álvaro Gomes e os seus colegas de Bancada para a realidade. Começaram a discutir violência na Bahia. Há dois anos não se ouve um pronunciamento dos deputados da Base do governo sobre violência. Hoje, de tanto a gente denunciar, pelo menos, já conseguimos trazer o deputado Álvaro Gomes para tratar do assunto. Dizem que não resolvem o problema da violência porque é de ordem estrutural, precisaria de uma mudança nos parâmetros da sociedade. E qual o primeiro parâmetro a ser mudado? Educação. Mas o governo Wagner na área da Educação regrediu. Não que tenha encontrado uma situação de mar de almirante ou de céu de brigadeiro. É lógico que não, a Bahia é um Estado nordestino, é um Estado pobre e tem problemas sociais. Mas eles regrediram. Primeiro, no ano de 2007, o ano letivo na Bahia foi perdido. Agora, com esse processo de eleição para direção de escolas, desestabilizaram todo o sistema. E até hoje não construíram uma sala de aula, uma sala sequer foi construída na Bahia no desgoverno Wagner, porque é um governador que não trabalha, que não gosta das tarefas administrativas, que só se dedica à politicagem no mais baixo nível, no nível mais retrógrado possível.

Se querem mudar as estruturas, devem investir em educação, e não investem em educação. Dois anos, deputados Bira Coroa e Álvaro Gomes, e sequer uma sala de aula foi construída neste Estado.

É o quê? É a herança maldita! Ou V.Ex^{as} pensam que ainda estão no palanque e não assumem a responsabilidade de governar! Enganam a população!

Pois contra fatos não há argumentos. Estou citando aqui, hoje, 3 fatos na área da educação: o ano letivo de 2007, que não houve; a falta de investimentos nas unidades físicas, pois não construíram uma sala de aula sequer; e, agora, esse processo eleitoral que foi uma farsa.

Educação no governo Wagner é um instrumento poderosíssimo para manter as coisas como estão, para manter os filhos dos trabalhadores na ignorância e fora do sistema.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, volto à tribuna para tratar do assunto da PEC. Até o momento, não vi qualquer posicionamento das

Lideranças nesta Casa, tanto do Líder Gildásio Penedo, aqui presente, como do Líder Waldenor Pereira.

A PEC não pode e não deve ser apreciada nesta convocação extraordinária. Ela não fez parte de qualquer conversa anterior quando se discutia a pauta que seria votada na convocação extraordinária.

A PEC retira direitos adquiridos, sobretudo, dos atuais servidores do Estado da Bahia, em vez do que tem sido colocado, que vetaria direitos futuros de estabilidade financeira para os que ingressarem no serviço público. Está provado que isso não é verdadeiro, que ela trará prejuízos gravíssimos. Retirárá direitos adquiridos dos atuais servidores do Estado que contam, para o seu futuro, com a aposentadoria no mesmo nível salarial que o dos ocupantes atuais de cargos de confiança.

A lei em vigor é muito clara, por isso que essa PEC, que necessita da aprovação de 38 Srs. Parlamentares, deve ter uma análise fria, uma análise de comprometimento, uma análise de responsabilidade pessoal de cada um de nós, parlamentares, independentemente de posições político-partidárias, para que não venhamos a cometer uma traição não só aos servidores públicos do Estado da Bahia, mas uma traição ao que reza a nossa Constituição, a Constituição do Estado da Bahia, que preserva direitos.

Não podemos retirar direitos adquiridos do servidor público do Estado da Bahia através de uma PEC. E essa PEC, combinada com o inciso II, que será modificado numa outra lei, prejudicará sensivelmente a todos os servidores públicos que se aposentaram e aos que vão se aposentar. Por quê? Por que a lei é muito clara, deputado Ivo de Assis. Ela diz que o servidor que tiver 10 anos intercalados no exercício de um cargo de confiança, pega-se os dois anos que ele tem, isso diz o artigo 39, da Constituição do Estado, diz que: Ao servidor que exercer por dez anos, contínuos ou não, é assegurado o direito de continuar a perceber, no caso de exoneração ou dispensa, como vantagem pessoal, o valor do vencimento correspondente ao cargo de maior hierarquia que tenha exercido por mais de dois anos contínuos.

Todos nós sabemos que o menor reajuste que se concede, não é o governo Wagner, são todos os governos, é o reajuste geral para os servidores públicos, que normalmente é baseado na inflação pura e simples, e todo reajuste dos cargos de confiança, por todos os governos, não só os anteriores, no governo Wagner também não é diferente, são diferenciados, por isso que não se pode, agora, tirar esse direito adquirido, uma garantia e uma visão que o funcionário público tem para o futuro. A aposentadoria não pertence apenas ao servidor público, pertence a sua família, é a garantia futura. E se tirar esse direito, já garantido pela Constituição, qual a perspectiva que ele terá para quando se aposentar?

Não é correto. Tem que se mudar a redação. Até pela responsabilidade que tenho de participar do Conselho de Previdência do Estado da Bahia como membro titular, sei da situação caótica que tem esse fundo de previdência, não só da Bahia como do Brasil inteiro, aliás, do mundo inteiro. Temos que ter um horizonte. Nós temos que acabar com isso. Acabar com o direito adquirido dos servidores, não.! Isso

fere à Constituição e nós temos que ter responsabilidade, independente, repito, de posições político-partidárias.

E tenho certeza, Sr. Presidente, que os líderes desta Casa, que ainda não se manifestaram publicamente,- não sei o que está acontecendo nesta Casa que não teve nenhuma manifestação de nenhuma liderança-, porque a PEC não foi acordada pra votação. A PEC tira direito, repito, conquistado pelo servidor público no exercício de suas funções, e isso tem que ser colocado, e por isso que defendo que se tenha uma posição clara das lideranças, para que a PEC, que não foi motivo de discussão para a elaboração da pauta do que seria votado nesta Casa, seja retirada, conforme acordado anteriormente.

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Concedo o aparte ao deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Caro amigo, deputado Gaban, quero me manifestar, instado que fui, como Líder, a me pronunciar sobre a PEC, para dizer que não só tira direito conquistado pelos funcionários públicos, e não estamos vendo nenhum sindicato se manifestar, mas que no projeto de lei que regulamenta a própria PEC, os servidores atuais que têm estabilidade econômica e que o governo está dizendo que não vai tirar, está enganando os servidores, porque remete (...)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Deputado, no Pequeno Expediente não pode ser concedido aparte.

O Sr. GABAN:- Ah, eu estou no Pequeno, desculpe-me Sr. Presidente, eu estava lá fora e quando indicaram o meu nome não percebi que era Pequeno Expediente. Desculpe-me, deputado Elmar, V.Ex^a, deputado Bira, está corretíssimo.

Mas, finalizando, meu tempo regimental já se esgotou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra no Grande Expediente o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembléia*, da rádio Oposição, representantes da imprensa, gostaria de iniciar esse Grande Expediente, nobre deputado Gaban, parabenizando V.Ex^a e há pouco também o deputado Clóvis Ferraz pela manifestação a respeito dessa, como disse ontem, ignomínia, dessa atitude criminosa do governo contra o servidor público, que ele usou no seu boleto para se eleger. Usou das categorias para se eleger. E o que nos surpreende, nobre presidente interino, deputado Bira Coroa, é que as organizações sindicais, os diversos segmentos representativos dos servidores não tenham procurado esta Casa, não tenham se manifestado, deputado Ivo de Assis! Em outros tempos, num passado recente, esta Assembleia estava fervilhando!

E a que se atribui o quadro atual? Só pode ser atribuído a um conluio entre as

lideranças representativas dos servidores e o alto escalão do governo. E o pobre do servidor público no vácuo, tomando na cabeça!

Portanto, queria dizer que desde ontem a Bancada oposicionista, orientada pelo Líder da Minoria, deputado Gildásio Penedo, por esta Liderança e pelo Vice-Líder, deputado João Bacelar, já está tomando assinaturas dos deputados, tanto do governo quando da Oposição, para destruir - a palavra certa é esta: destruir! - esse ato que rasga a Constituição da Bahia, esta PEC que destrói toda a coerência deste governo que aí está. O governo republicano, o governo presidido por um sindicalista! É um sindicalista que veio assumir o governo, eleito pelo povo da Bahia no primeiro turno. Este governo destrói toda a sua história, rasga-a, joga-a na lata de lixo!

Recebi um *e-mail* agora, nesse instante, dum servidor pedindo que a nossa Bancada

e os Srs. Deputados atuem nesta situação. Ele diz o seguinte:

(Lê) *“O Governador Jaques Wagner pretende suprimir do servidor público um direito assegurado pela Constituição do Estado. Trata-se da estabilidade econômica, vantagem alcançada pelo servidor público efetivo após o exercício de cargo de provimento temporário por 10 anos, ou seja, após a prestação de um serviço adicional aos serviços para os quais o servidor foi contratado.*

A Constituição do Estado da Bahia, em seu artigo 39, busca proteger o poder aquisitivo do servidor, determinando que:

'Art. 39. Ao servidor que exercer por dez anos, contínuos ou não, cargos em comissão e funções de confiança, é assegurado o direito de continuar a perceber, no caso de exoneração ou dispensa, como vantagem pessoal, o valor do vencimento correspondente ao cargo de maior hierarquia que tenha exercido por mais de dois anos contínuos, obedecido para o cálculo o disposto em lei.'

Como colocou há pouco o deputado Clóvis Ferraz, esta PEC não só modifica a situação de quem assumir um cargo no Estado, mas sobretudo altera a do servidor que já exerce um cargo de confiança, que já adquiriu a sua estabilidade econômica, o que é mais grave, o que é bastante mais grave!

(Lê) *“Porém, o atual governador encaminhou à Assembléia Legislativa Projeto de Emenda Constitucional n° 114/2008, para que o servidor que venha a ingressar...”* - o que é mais grave - *“(...) no Serviço Público a partir da data da Emenda, não seja alcançado por este dispositivo, o que significa que esse servidor não terá o seu poder aquisitivo protegido pela legislação. O tal Projeto, caso aprovado, determinará que:*

"Art. 1º - A vantagem pessoal de que trata o art. 39 da Constituição do Estado da Bahia não será devida aos servidores públicos efetivos que tiverem ingressado na Administração Pública direta, autárquica e fundacional a partir da data de publicação desta Emenda.” Mas não é só: o Governador também pretende corroer os vencimentos daqueles servidores que já possuem a vantagem por estabilidade econômica.”. Ou seja, servidor que já adquiriu vantagens constitucionalmente não pode perder essas vantagens. Ele já adquiriu a sua estabilidade porque já exerceu dez anos de cargo de confiança. Vantagem essa adquirida, direito adquirido do servidor.

(lê) “Para isso encaminhou Projeto de Lei nº 17.727/2008, que visa a modificar a forma de revisão da vantagem da estabilidade econômica. A lei 6677/94, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado da Bahia...”, lei 6677/94, votada e aprovada por esta Assembléia e sancionada pelo Exmº. Sr. Governador de então, (lê) “prevê, em seu art. 92, a referida vantagem, estabelecendo, no § 2º a sua forma de reajuste:

§ 2º- A vantagem pessoal por estabilidade econômica será reajustada sempre que houver modificação no valor do símbolo em que foi fixada, observando-se as correlações e transformações estabelecidas em lei.”

O Projeto do Governo prevê que este artigo tenha a seguinte redação:

“§ 2º- A vantagem incorporada na forma desta lei será revista na mesma época e no mesmo percentual do reajuste geral de vencimentos dos servidores públicos estaduais.” Vejam as duas redações, a anterior e a atual que o Exmº Sr. Governador enviou através da PEC.

E aí deixamos a seguinte pergunta: (lê) “Qual o motivo dessa alteração? Diferenciar o que a legislação já havia igualado? A filosofia da Constituição Federal e da Constituição Estadual é manter o poder aquisitivo do trabalhador através do reconhecimento da estabilidade econômica daquele que teve, habitualmente, ao longo dos anos, determinado nível de remuneração.

A jurisprudência nacional vem reconhecendo o direito do servidor à manutenção do seu padrão aquisitivo, a exemplo:

“Ac. TRT 9a Reg. 2a T (Ro 08273/94), Rei. Juiz Luiz Eduardo Cunther, DJ/PR 21/07/95, p. 31 - Gratificação de função. Supressão ilegal. A gratificação de função paga por vários anos ao empregado comissionado constitui-se em vantagem salarial que se agrega ao contrato de trabalho.” Isso é primário. Não sou advogado, mas quero, inclusive, ouvir depois o aparte do deputado Elmar Nascimento. Não sou advogado, mas qualquer trabalhador sabe que qualquer adicional à sua atividade laboral é incorporada ao seu salário, é agregada ao seu salário.

Olhe o que diz o meritíssimo juiz, deputado Elmar: “A gratificação de função paga por vários anos ao empregado comissionado constitui-se em vantagem salarial que se agrega ao contrato de trabalho configurando-se flagrante ilegalidade a supressão da mesma.” E olhe que é um governo republicano e democrático!

Concluo, passando o aparte para V.Exª, e diz o Artigo 468 – parecer do meritíssimo juiz – Parágrafo único da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – “admite apenas o retorno ao cargo efetivo, mas não a retirada da vantagem ao arbítrio do empregador.” Agora o governador pretende usurpar esse direito consagrado pela Carta Magna confirmada pela jurisprudência.

Deputado Elmar Nascimento, com o aparte V.Exª.

O Sr. Elmar Nascimento:- Agradeço o aparte a V.Exª e vou na mesma linha. Sempre, deputado Heraldo Rocha, que recebemos aqui um projeto que retira direito dos trabalhadores, fico preocupado de no bojo do projeto ter algum jabuti que a gente não está enxergar.

Esse projeto de emenda constitucional que quebra a estabilidade econômica do

servidor diz o governo que se refere aos próximos servidores a entrarem no serviço público. E o que eles antes diziam que era um direito adquirido pelo servidor, hoje, passou a ser um privilégio, eles já tratam não mais como um direito, mas como um privilégio. E mentem quando dizem que não vai atingir o servidor da ativa. Vou explicar: remete depois para o projeto de lei que está vindo junto que diz que a correção da remuneração passará a ser anual na mesma data-base e na mesma proporção dos demais servidores da mesma categoria, ou seja, com o decorrer do tempo, ano a ano, vai-se perder o valor pecuniário, a estabilidade econômica que é o que se quer com esse direito adquirido pelos trabalhadores.

Eu, deputado Heraldo Rocha, quero dizer que se nós que somos oposição ao governo Wagner que vai cometer esse estupro contra os trabalhadores, contra os servidores públicos, não nos reunirmos para obstruir, para mim, será uma quebra de acordo que atinge ao servidor público do Estado, se não nos reunirmos para mudar a nossa postura com relação à convocação extraordinária impedindo a aprovação dessa PEC, estaremos colaborando com o governo, com esse estupro que está sendo cometido contra o servidor público. De meu lado, quero dizer que se não for retirada essa PEC e depender de alguma dispensa de formalidade eu não assino. E, de outro lado, peço a V.Ex^a como Líder do Democratas – maior partido de oposição ao governo - que nós nos reunamos para tomarmos uma posição porque o nosso poder de fogo é só a capacidade obstruir, não esse projeto, mas todos os projetos. Ou se retira essa PEC que é uma estupidez contra o servidor público, e isso não vai acontecer com minha omissão.

Ao longo de 10 anos, o salário do atual servidor público, que tem estabilidade econômica vai cair pela metade e também o seu poder de compra. E eu não vou participar, dando atestado de omissão, desse trator, desse estupro que o governo da Bahia, republicano, comete com o servidor público do Estado da Bahia.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a com muito maior conteúdo do que meu que não sou jurista, sou médico, mas essa jurisprudência como dizem os grandes juristas é primária, repito, primária – *data venia* – como dizem, também, os advogados.

Na verdade, o que está me surpreendendo é que as categorias que têm os seus representantes, como a Federação dos Trabalhadores de todos os segmentos, não têm nos procurado, ou seja, não têm procurado esta Casa, deputado Luiz de Deus. Será que eles estão de acordo? Será que os servidores públicos tomaram conhecimento, como disse o nobre deputado Elmar Nascimento, deste estupro? - Estão rasgando a Constituição Federal, estão rasgando a Constituição do Estado, estão rasgando o Estatuto do Servidor. - Será? Será que o servidor público do Estado da Bahia não está vendo que isto aqui está destruindo uma carreira de estado? Cadê os organismos representativos? Cadê os parlamentares que a vida inteira se elegeram nas assembleias?

Que subam a esta tribuna e digam se estão ou não de acordo com esta ignomínia. Não é o fato de ser governo ou ser Oposição, isto aqui é inconstitucional. O servidor público está sendo massacrado. Eu não posso compreender isto, esta é

uma situação grave, ou melhor, gravíssima. Sugiro ao Exmº Sr. Líder do governo que a retire imediatamente. A Bancada da Oposição já apresentou uma emenda. E os Srs. Parlamentares da Base aliada do governo que não concordarem com esta situação podem procurar o nosso assessor de Liderança, Dr. Aguiar, porque ele está recolhendo assinaturas dos deputados. Não procurem somente os deputados da Oposição, procurem os deputados da Base aliada para que eles também demonstrem o seu compromisso com o servidor público do Estado da Bahia.

Hoje eu sou deputado, mas sou médico do Estado e, ainda, não me aposentei, não. Já trabalhei muitos anos dando plantão.

Sr. Aguiar, não peça só a assinatura dos deputados da Oposição, mas a de todos. Eu vou ler a emenda. Quero saber quem vai ser o relator deste projeto, deve ser algum *deputado* que gosta da apanhar. Eu não sei qual.

(Lê) “Emenda supressiva ao projeto de emenda constitucional 114/2008 que dispõe sobre a incidência do art. 39 da Constituição do Estado da Bahia. Fica suprimido o caput do art. 1º da PEC 114/2008 que estabelece:

Art. 1º A vantagem pessoal de que trata o art. 39 da Constituição do Estado da Bahia não será devida aos servidores públicos efetivos que tiverem ingressado na administração pública direta, autárquica e fundacional a partir da data publicada da publicação desta emenda.”

Portanto, aqui está a emenda supressiva, Sr^{as} e Srs. Deputados, a quem eu apelo, não só aos meus pares da Bancada da Oposição, mas também aos deputados da Base aliada do governo, porque a omissão é o pior dos pecados. A omissão é uma das piores coisas do mundo para o ser humano. O cidadão não deve ficar omisso, tem que emitir a sua opinião, seu parecer, principalmente num fato como este, que massacra, que destrói todo o espírito público do servidor, que traz nas suas costas, seja este governo ou outro, sempre o servidor público estará lá lutando e defendendo os interesses do povo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou o representante do PMN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Professor Valdeci.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o deputado Professor Valdeci por todo o tempo.

Solicito ao deputado Jurandy Oliveira substituir o deputado Professor Valdeci à Mesa, para que ele possa fazer uso da palavra.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, público aqui presente e o do Canal Assembléia, é uma grande alegria estar aqui na Assembléia para servir à Região Oeste e à Bahia. Agradeço a Deus pela oportunidade.

Quero fazer uma saudação especial a todos os filiados e filiadas do Partido dos trabalhadores, o meu partido, o qual ajudo a construir desde 1979, ainda no movimento Pró PT. Chego a esta Casa num momento importante para o Estado, exatamente no início do terceiro ano do mandato republicano, deputado Heraldo, do governo Jaques Wagner. Muito foi realizado, mas muito mais ainda é preciso fazer.

Quero falar um pouco sobre educação pública, que é o ponto que mais domino. Sou professor público municipal de Santa Maria da Vitória e temos hoje um dos maiores educadores do Brasil à frente da Secretaria Estadual de Educação, o professor Doutor Adeum Sauer. Como diagnóstico principal de tantos outros, quero dizer que ocupávamos em 2005, segundo o INEP, a 25ª posição no índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB).

O grande objetivo da Secretaria Estadual de Educação é trabalhar por uma educação pública de qualidade para todos, que garanta acesso à educação e permanência na escola com dignidade; alfabetização como um direito; gestão democrática em rede, com efetividade social; garantia à educação profissional; fortalecimento da educação superior pública, gratuita e socialmente referenciada e fortalecimento dos trabalhadores em educação.

Assim, com essa visão, foram realizadas várias ações, como a instituição do TOPA, a eleição direta para diretórios no dia 17 de dezembro, abertura da Universidade Aberta do Brasil em vários pontos da Bahia, maior apoio técnico aos municípios. Neste ano de 2008, estive na inauguração da Escola de Feira da Mata, município da Bahia, no município de Wanderlei também se construíram escolas nas quais há salas de aula. Então, eu presenciei no mínimo duas escolas feitas por esse governo onde há, principalmente, salas de aula.

Na semana que vem, as diretoras eleitas tomarão posse. No próximo dia 22, o secretário, com sua equipe, estará em Paulo Afonso realizando a primeira etapa da Caravana da Educação, um novo projeto, e também assinará o compromisso de gestão de qualidade da educação pública. É um documento a que tive acesso ontem à noite, em conversa com o professor Adeum, que é meu amigo do Partido dos Trabalhadores, presidente do Diretório Municipal de Itabuna na época que eu era presidente do Diretório Municipal de Santa Maria da Vitória.

Como o tempo não me permite me alongar, quero falar da satisfação que sinto por ter à frente da Superintendência da Educação Profissional o professor, grande intelectual orgânico, Antônio Almerico, que recentemente, com sua equipe, lançou o Plano de Educação Profissional da Bahia. Saímos de 4.016 matrículas na educação profissional em 2006 para 14.913 em 2008, e a meta para este ano é atingirmos 30 mil matrículas em 65 municípios.

Embora a Bahia não tenha começado a existir em 2007, nós estamos procurando fazer o possível com as limitações. Poderemos falar aqui de muito mais ações, estamos trabalhando para melhorar a vida das pessoas, e penso que nós estamos conseguindo.

Defendo a política de organização territorial que estamos trabalhando em 26 territórios de identidade e acho que nesta Casa precisamos fazer um debate melhor

sobre tal. A Bahia precisa desenvolver-se regionalmente. Não pode ficar concentrada em Salvador e na Região Metropolitana. Só na capital do Estado estamos chegando a 3 milhões de habitantes, numa área de 707 km², não há política pública que dê jeito.

É muita gente morando num pequeno espaço geográfico. É a urbanização sem planejamento. Só a título de comparação no Estado da Bahia, em Jaborandi, município vizinho de Santa Maria, são 8.931 habitantes, numa área de 9.480 km², mais de dez vezes o tamanho do município de Salvador. Então, temos que pensar a Bahia como um todo. É o planejamento territorial e o desenvolvimento social.

Salvador e Região Metropolitana são importantíssimos para a Bahia, mas a Bahia é um todo. O governo Wagner, com a política de construção do PPA, com a descentralização de várias ações, de que falarei em outras oportunidades, está colaborando para o desenvolvimento do Estado.

Agora eu quero falar sobre uma questão política que preciso e quero aprofundar com os meus colegas. Quero falar da responsabilidade dos partidos da base aliada, mas principalmente do Partido dos Trabalhadores e do PMDB. O PT e o PMDB juntos têm quase 50% das prefeituras, centenas de vereadores e vereadoras. O PT tem dez deputados estaduais e oito federais e o PMDB também tem a sua Bancada aqui e no Congresso Nacional. Na verdade, são os dois partidos que têm a responsabilidade de construir outro modelo de desenvolvimento para o Estado.

A principal liderança do PT baiano no momento chama-se Jaques Wagner, o qual opino que seja o nosso governador até 2014, mas graças a Deus e à nossa atuação política, temos várias outras lideranças, como Moema Gramacho, Zezéu Ribeiro, Fátima Nunes, Jonas Paulo, Neusa Cadore, Waldenor Pereira, Chica do PT, prefeita de Carinhanha, nosso grande presidente da Petrobras, Gabrielli, entre outros. E o PMDB tem o ministro Geddel como uma grande liderança local. Mas não só ele, tem o meu amigo Edmundo, de Brumado, nosso vice-governador, nosso deputado Arthur Maia, de Bom Jesus da Lapa, Lúcio, que é o presidente do PMDB na Bahia, entre tantas outras lideranças do PMDB, inclusive o prefeito da capital, Salvador, João Henrique.

E essas lideranças que citei, assim como o PT e o PMDB, nós não pensamos igual, graças a Deus, e ainda bem. Mas o ideal de uma Bahia democrática, mais humana, menos desigual, menos metropolitana, com jeitinho mais rural, uma Bahia singular e plural, desenvolvida do ponto de vista cultural, social, econômica e ambiental, essa e outras idéias unem PT, PMDB e a base aliada.

A quem interessa o racha do PT e do PMDB? Penso que, tanto em nível de poder local, estadual, como nas prefeituras, câmaras municipais, há espaço para todos que querem uma Bahia desenvolvida. Cada partido definirá a sua tática e estratégia de crescimento. A Bahia não é isolada, as decisões em âmbito nacional irão influenciar a todos, precisamos dialogar mais sobre isso.

O presidente Lula, nossa grande liderança, nos ensina essa lição. Qual o projeto que temos para o País? O PT tem escrito na nossa resolução do III Congresso. O PCdoB, o PSB e o PV são aliados importantes desde 1989. Na Bahia, temos que continuar. O PT sozinho não ganha eleição para governador. O PMDB sozinho não

ganha eleição para governador na Bahia. Sou petista de nascimento, disciplinado pelas decisões das instâncias, coloco aqui minhas opiniões como forma de tentar colaborar, embora saiba que possa atrapalhar, mas preciso falar: A imprensa, o grupo político que derrotamos em 2006, outros agrupamentos, todos lutam por seus interesses políticos, econômicos e têm seus direitos. Ao povo cabe analisar e decidir essa grande luta ideológica na nossa grande democracia brasileira.

E aqui nesta Casa, que respira contradição, espero ter uma boa convivência com todos e todas, pois, em primeiro lugar, somos seres humanos, cadáveres adiados, como escreveu Fernando Pessoa, se não me engano.

Agradeço pela atenção e feliz 2009 para todo o povo baiano, com esperança e luta por dias bem melhores.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao representante do PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Eu falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu queria saudar a estréia do professor Valdeci nesta tribuna, trazendo um tema importantíssimo. Tenho certeza, professor Valdeci, de que nós vamos ter agora na Bancada do governo um interlocutor para discutir uma das mais importantes e graves questões que assolam o nosso País, a questão da educação.

Infelizmente, passamos aqui dois anos sem que o assunto educação tivesse da Bancada do governo a importância que deveria ter. Todo político no Brasil, no período eleitoral, diz que a educação é prioridade, e a primeira coisa que faz quando assume o governo é se esquecer da educação.

Acho que no governo Wagner, infelizmente, professor Valdeci, essa prática continua a ser adotada. E o que é mais grave, com a passividade da sociedade. Professor Valdeci, V.Ex^a que é um educador, como é que pode admitir que o ano letivo tenha sido perdido, não tenha sido cumprida, no ano de 2007, a carga horária mínima que a legislação estabelece, que é uma das menores do mundo, de 200 dias letivos e 800 horas, e ninguém, ninguém, Professor Valdeci, a começar pelo governador, que é a maior autoridade do Estado, secundado na questão pelo secretário da Educação, pronunciou-se, disse alguma coisa.

Foram 66 dias de greve, Professor Valdeci, sem que o Estado quisesse negociar com a categoria dos professores. Depois, inventaram um calendário de reposição que foi uma falácia, não se repôs aula alguma.

Como é, deputado, que um partido que diz que veio para reduzir as desigualdades sociais serviu de instrumento para aumentar as mesmas? Porque, no caso de Salvador, os filhos da classe média média e da classe média alta, em 2007, tiveram ano letivo, aulas de qualidade comprovada, e o filho do trabalhador, deputado, não teve.

Continuo a dizer, deputado, que solicito a V.Ex^a que consiga com o secretário da Educação o nome de um município, povoado ou local onde este governo construiu uma escola.

O deputado Bira Coroa disse que é uma visão errada pensar que se faz educação construindo salas de aula. Deputado, concordo com V.Ex^a que apenas construir a sala de aula não é sinal de que se está investindo, fazendo-se um processo educacional, mas essa é uma das etapas do processo, não é a única.

Eu queria, deputado Valdeci, convidar V.Ex^a para que, na primeira semana de abertura do ano letivo, juntamente comigo, o deputado Bira Coroa e quem mais quisesse, visitasse as escolas da rede estadual em Salvador para ver as condições. Não há aulas, deputado Valdeci. Posso citar aqui inúmeras escolas públicas da Cidade do Salvador, da rede estadual, que visitei no final do ano que nem contavam com professor para algumas disciplinas. Veja o que se faz no governo Wagner com a educação dos filhos dos trabalhadores: disciplinas que nem professores tinham.

Cito, por exemplo, a Escola Estadual Getúlio Vargas. Português para a 7^a série, o professor começara a dar aulas havia dois meses, e estava aprovando os meninos. Tinha que aprovar. E os alunos reclamavam: “Mas, professor, nós não tivemos aulas e o senhor está passando a gente?” Mas é ordem da Secretaria da Educação. Quer dizer que isso é processo educacional?

O que chama ainda mais a minha atenção é que a sociedade não reage a isso.

A crise da educação na Bahia chegou a tal ponto, deputado Professor Valdeci, que ninguém dá valor à educação. Tanto não se dá valor que enfrentamos uma greve de 66 dias e ninguém se pronunciou.

Se o filho de uma pessoa de classe média que estuda, por exemplo, no Colégio São Paulo, vai segunda-feira à escola e o professor de Matemática está doente, a escola providencia o substituto naquele dia mesmo. Segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, o professor ainda continua doente, na quinta-feira, com certeza, deputado Gilberto Brito – e veja que está havendo aula, mas só porque mudaram o professor –, os pais estarão na porta do Colégio São Paulo, exigindo que o professor antigo volte dar continuidade a sua proposta. Na escola pública, isso não acontece. Pelo contrário, não tem aula da matéria, não tem aula da matéria!

Visitamos diversos colégios estaduais no período da reposição de aulas, e posso citar casos como o Pedro Calmon, na Boca do Rio, o Lomanto Júnior, em Itapuã, o Manoel Devoto, no Rio vermelho, o Carlos Santana, no Nordeste de Amaralina. Não tinham aula, mestre, não tinham aula.

O que esse grande educador que, infelizmente, eu não conhecia como educador, mas também não tenho obrigação de saber quem são todos os grandes educadores do Brasil, o que é que o professor Adeum Sauer fez de inovação na sua gestão na Secretaria da Educação? Um tal processo de reajuntamento de classes, como eles chamam.

Isso quer dizer que, do 2º semestre em diante, o Colégio Central, o Colégio Estadual da Bahia, que foi um laboratório para tal experiência, tem 10 turmas do 2º ano, do 2º grau, por exemplo e, no final do ano, eles juntam as turmas, reduzindo-as

de 10 para 2 ou 3, com professores diferentes, abordagens diferentes colocadas numa mesma classe.

Professor Valdeci, no Colégio Estadual Getúlio Vargas, na Cidade do Salvador, há salas multisseriadas. Esse é o governo que dá atenção à educação? Juntam na mesma série alunos da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries.

V.Exª é pedagogo. Dizia Anísio Teixeira- talvez seja essa a função- que pedagogia é igual a fumaça, quanto mais técnicas pedagógicas menos conhecimento chega ao aluno, porque já há pedagogos que defendem as classes multisseriadas. Então, será que o professor Adeum Sauer está nesse grupo de pedagogos que defendem as classes multisseriadas, porque se na Cidade do Salvador existem classes assim, imaginem em Chorocho, em Piraí do Norte, em Encruzilhada.

É esse o governo que dá prioridade à educação. Não sei nos municípios- tomara que essa idéia que ouvi no seu pronunciamento seja verdadeira- mas parece que na região dos municípios de Santa Maria da Vitória a situação, hoje, na área de educação, está um pouco diferente. Tomara que essa informação seja verdadeira. Entretanto, infelizmente, na Região Metropolitana de Salvador é a crise na educação.

E ninguém levanta a voz, deputado Valdeci, dando uma demonstração de que a educação pública hoje, da maneira que está, não tem importância alguma.

Para concluir, quero dizer que a Universidade Aberta do Brasil é um programa do governo federal. O governo do Estado não tem qualquer participação, a não ser os convênios que a Uneb tem para monitoria do programa. Mas, mesmo discordando do apoio que V.Exª dá ao governo, quero dizer que faço aqui a maior saudação e com a maior alegria, porque sei que V.Exª trará esse importante tema várias vezes para esta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria, ou o representante do PSB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

Quero convidar o deputado Javier Alfaya para assumir a presidência.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Bira Coroa e eu, por 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o deputado Bira Coroa, do Partido dos Trabalhadores, por 6 minutos e depois o deputado Álvaro Gomes, do PCdoB, por 4 minutos.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, deputado Javier Alfaya, Srs. Deputados, Sªs Deputadas, senhoras e senhores visitantes, senhores servidores, faço uso da palavra, primeiro, para pontuar, em especial, no debate que hoje está transcorrendo nesta Casa, a situação da educação, abordada também, na falação dos dois nobres deputados que trataram desse assunto. Primeiro, chamar a atenção quanto à afirmação do deputado João Carlos Bacelar quando diz que a educação não foi debatida nesta Casa nos anos anteriores.

Quero afirmar que não procede, pois tivemos nesta Casa a presença do secretário da Educação. A Comissão de Educação desta Casa, no primeiro ano da gestão Wagner, e no ano passado foi, dentre as comissões, uma das que mais desenvolveu atividades temáticas a respeito da educação.

Então, destacando que a temática educação não foi omitida da discussão pela base do governo, inúmeros deputados dos partidos que compõem a base do governo trouxeram para este plenário vários debates, a esse respeito.

Mas, quero também dizer que a afirmação aqui feita pelo nobre deputado de que o governo Wagner não construiu uma sala de aula sequer, não procede. Como educador há 30 anos neste Estado, tenho sempre contestado essa lógica perversa, que foi criada no processo político histórico na Bahia de associar qualidade de educação ou compromisso com a educação apenas a partir do aumento de escolas ou de edificação de prédios. Efetivamente isso não corresponde a educação.

Darei como exemplo um dos maiores projetos em educação, de construção de prédios implementado pelos governos passados que foi a escola-modelo ou o colégio-modelo denominado Luís Eduardo Magalhães. Na sua grande maioria, deputado João Carlos Bacelar, as escolas Luís Eduardo Magalhães, quando nós assumimos o governo, digo nós o governo Wagner, como base, não funcionavam na sua plenitude. Os três turnos não tinham as salas de aula completas de alunos, o que prova que não se resolve apenas construindo salas de aula.

Algumas medidas estão sendo adotadas, e aqui pontuadas, pelo governo Wagner para que essas escolas, de fato, entrem em funcionamento na sua plenitude. Vou citar um exemplo muito claro: A Escola Luís Eduardo Magalhães de Salvador tem as salas sem ocupação nos turnos vespertino e noturno. Em Gandu, igual condição, o turno vespertino não funcionava, só o matutino e o noturno, com 38% da sua capacidade. Na Luís Eduardo Magalhães em Camaçari, também tínhamos três salas à tarde sem funcionamento e à noite, duas.

E assim poderia aqui estar listando, peguei apenas o Modelo como a última edificação e a escola que teve toda a atenção por parte do governo do Estado passado, o que prova, não ser possível medir educação pelo número de salas construídas. E, aí, volto a reafirmar: é preciso, para melhorar a qualidade da educação, se utilizar as medidas que nos governos passados não foram desenvolvidas, ou seja, a melhoria da qualidade do ensino a partir da avaliação e reestruturação pedagógica do ensino do Estado e a reestruturação física a partir da implementação de equipamentos necessários para a qualificação e a formação e até mesmo para rediscutir toda a estrutura são coisas que o atual governo vem fazendo.

A medida da democratização das escolas, que aqui também foi questionada, o governo assumiu com a categoria e a sociedade. Ela, que ora se desenvolve a partir da eleição direta para diretores e vice-diretores, é um compromisso, um passo importante para que a comunidade possa ser também parte relevante, estratégica e decisiva na consolidação duma escola de qualidade.

Então quero só pontuar ao nobre deputado que o governo Wagner vem desenvolvendo ações estratégicas e revolucionárias para garantir uma educação de

qualidade. Agora, como educador, posso afirmar que a melhoria da qualidade do ensino não se dá estanque. É um processo de médio e longo prazos, e o nobre deputado João Carlos Bacelar tem um conhecimento prévio disso porque igualmente tem na história da educação toda uma formação. Fui aluno e dirigido também pela sua senhora mãe, a qual sempre respeitei como grande educadora da nossa cidade de Camaçari. Trata-se de Joanice Bacelar, que foi professora, diretora de escola e secretária da Educação no nosso município.

Então, temos a compreensão de que a educação se faz por um processo contínuo, e não por um ato ou uma ação estanque.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, do PCdoB. Aliás, temos dois professores presentes ao Plenário: o deputado Bira Coroa, professor da rede pública do Estado, e o deputado Professor Valdeci, que hoje secretaria a Mesa e é professor da rede municipal da sua cidade, Santa Maria da Vitória.

Passo a palavra ao deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre presidente Javier Alfaya, que hoje assume o comando desta sessão plenária e é comunista de luta histórico, queria saudar os fazendários que estão neste momento aqui, o Sindsefaz e todos os outros presentes às Galerias Paulo Jackson e a outras dependências da Assembleia Legislativa.

O projeto enviado pelo governo que tramita aqui não foi incluído na convocação extraordinária, mas é preciso encontrar uma solução. Tecnicamente é possível através de um aditamento. Portanto, esse problema da Fazenda precisa ser resolvido. Particularmente já tive encontros, já discuti várias vezes, já recebi várias vezes o IAF, o Sindsefaz. Participei da audiência pública realizada recentemente nesta Casa, assim como também da feita anteriormente, salvo engano, em 2005, quando houve uma unanimidade dos agentes de tributos, dos auditores fiscais, enfim, de todo o pessoal da Sefaz.

Naquele momento existia uma unanimidade. Porém hoje parte dos auditores discorda do projeto utilizando alguns argumentos que, parece-me, não são verdadeiros. O argumento central utilizado para não aprovar este projeto é de que com ele os agentes de tributos se transformam em auditores e vão sufocar as microempresas.

Então são dois argumentos utilizados. Mas do meu ponto de vista, pelo que li do projeto, pela discussão que tive com os dois lados observando as duas posições, mesmo com essa polêmica não encontrei isso. Agora, é preciso que este projeto seja aprovado para melhorar o serviço do Estado na Bahia. Se os auditores estão dizendo que os agentes de tributos vão virar auditores fiscais, se for o caso coloca na lei: os agentes de tributos não vão se transformar em auditores fiscais. Se estão dizendo que os agentes de tributos vão sufocar as pequenas e médias empresas, se for necessário para aprovar esse projeto coloca assim: os agentes de tributos não vão sufocar as pequenas empresas, vão cumprir com a sua obrigação na prevenção, na orientação

para que melhore a atividade empresarial, para que melhore a arrecadação, para que as coisas comecem a funcionar de forma mais dinâmica e melhore consideravelmente o funcionamento da Fazenda.

Portanto, entendo que é necessário essa discussão, o esclarecimento das dúvidas, é um projeto realmente polêmico, tenho discutido muito isso, tenho conversado realmente com os parlamentares, com o governo, com os auditores fiscais, com o Sindsefaz e, na realidade, o Sindsefaz na minha opinião representa todo o pessoal da Fazenda, é o sindicato representativo de todos, inclusive dos auditores fiscais, aliás, têm auditores fiscais na própria diretoria do Sindsefaz.

Portanto, acho que esse projeto e essa polêmica existe, mas tem que ter uma definição. Defendo que seja aprovado esse projeto, evidentemente, discutindo com os parlamentares e buscando chegar a um denominador comum. Vou conversar com o Líder do governo, com o líder da Oposição no sentido de concordar e incluir esse projeto na convocação extraordinária, para que possamos aprová-lo. Vamos nessa luta e até a vitória.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Horário das Lideranças Partidárias. Com a palavra o Líder do governo, da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT, PSC, PCdoB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Falará por todo o tempo o deputado Javier Alfaya, nosso companheiro comunista.

Convido a deputada Marizete Pereira para assumir a presidência.

O Sr. PRESIDENTE (Marizete Pereira):- Com a palavra o deputado Javier Alfaya, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr^a Presidente, deputada Marizete que preside esta sessão, queridos companheiros do Sindsefaz, um dos mais importantes sindicatos do funcionalismo do nosso Estado, referência fundamental de sindicalismo combativo, competente nas suas formulações, comprometido com o serviço público, não é um sindicato de oportunistas e nem de oportunismo, é um sindicato que quando intervém o faz representando os pleitos mais imediatos da categoria, visando sempre à construção da qualidade no que diz respeito ao atendimento e ao funcionamento do serviço público do nosso Estado, e por muito precisa ser melhorado e transformado para que o nosso povo possa ser cada vez mais melhor atendido, seja no terreno da atividade da Secretaria da Fazenda, seja no que diz respeito às Secretarias da Saúde, da Educação e da Agricultura, da Cultura. É uma luta permanente e um compromisso deste governo, que eu apoio, que nós elegemos, o companheiro governador Wagner. Queremos o aperfeiçoamento do serviço público, e não se faz isso sem se fazer justiça com os servidores públicos, portanto todo e qualquer projeto que aqui chegar e que vise a melhorar o funcionamento das atividades da secretaria A, B ou C e que atenda a pleitos, como é o caso do pleito da esmagadora maioria da categoria que compõe a Secretaria da Fazenda, toda iniciativa desse tipo será muito bem-vinda, receberá o nosso apoio.

E aqui estaremos sempre, companheiros e companheiras, para aperfeiçoar aqueles projetos que precisem de alguma intervenção e para apoiar, sem restrições, aqueles que merecerem o voto sem nenhum tipo de alteração.

Assim como disse o deputado Álvaro Gomes, eu sou defensor, companheiro e amigo da categoria dos fazendários, só queria fazer um pequeno alerta. Muitas vezes alguns de nós, deputados e deputadas, quando falam dos auditores aqui, parece que têm uma visão equivocada e diferenciada da grande maioria dos agentes de tributos. Eu queria fazer justiça: tem muito auditor fiscal que está do lado dos agentes de tributos e não cai nesse discurso elitista, fechado, egoísta, corporativo, no pior sentido da palavra. Portanto, há muito auditor fiscal que têm lucidez, que têm coleguismo com os companheiros e colegas agentes de tributos. Tanto é que que naquela belíssima sessão que tivemos aqui os Srs. Deputados se lembram que três auditores fiscais aqui vieram, inclusive o presidente da Federação dos Trabalhadores da Fazenda, que é um auditor fiscal, reafirmar o apoio a esse projeto dizendo que a Federação é favorável à aprovação do projeto. Há uma posição nacional de apoio à categoria, dos funcionários e funcionárias que trabalham nas diversas Secretarias de Fazenda ou Finanças de todo o Brasil, a favor da aprovação do projeto.

Que fique claro que o fato de não estarmos votando agora, já expliquei isso várias vezes ao companheiro Rubens e aos demais companheiros da diretoria do Sindsefaz, é apenas uma questão de tempo. É necessário tempo para cultivar, digamos assim, um esclarecimento maior junto a alguns deputados e deputadas, tenho certeza de que, como diz o ditado popular, o tempo é rei, o tempo nos dará tempo para fazer com que a consciência de alguns deputados e deputadas, que ainda não viram, não perceberam a importância da aprovação do projeto, que se apercebam dessa importância e, no dia certo, espero que logo no início de março possamos votar e tirar a Bahia dessa relação triste com o Piauí e deixar de ser os dois únicos Estados da Federação a não terem um plano único para as duas carreiras, a de auditor e a de agente de tributos.

Fica, evidentemente, uma pendência histórica que o Sindsefaz reconhece, também nós todos reconhecemos. Haverá o momento certo de tratar o assunto, que é sobre os demais funcionários que não são nem agentes nem auditores, mas trabalham na Fazenda e, no devido momento, deverão ser contemplados por uma legislação que atenda as suas reivindicações específicas. Esse é um assunto que fica para um momento posterior. Assim como, para que os senhores entendam melhor o que estou dizendo, estamos tendo uma certa atenção no que diz respeito ao projeto da Saúde que deverá ser votado na outra semana e será objeto de debate aqui promovido por mim na terça-feira pela manhã. É um projeto que contempla boa parte das categorias da Saúde, mas deixa em aberto a situação dos agentes administrativos da área da Saúde. Então, é uma situação, digamos assim, que fica por enquanto ainda em aberto, na medida em que o governo precisa de uma grande quantidade de agentes administrativos disponíveis para o deslocamento entre uma secretaria e outra, embora haja muitos que já adquiriram uma capacitação específica e talvez já permita torná-lo, digamos assim, ou caracterizá-los como funcionários de determinadas secretarias e

enquadrá-los em um plano único, mas isso é um assunto que fica para ser debatido com toda franqueza e honestidade depois.

Bom, muitos dos senhores devem estar perguntando por que ontem coloquei sobre os ombros este que é um dos símbolos das culturas árabes, a Hata, não é como alguém aqui perguntou em tom de brincadeira, símbolo de uma organização política, não do Hamas, do Hezbollan, do Fatah sei lá de que partido ou corrente política ou religiosa.

Este é um pano que as mulheres usam quando vão à feira, que os homens usam quando vão ao sol para cobrir a careca, especialmente, para não se queimarem. É um pano que serve para proteger o pescoço como um cachecol, é um símbolo das culturas árabes, em geral é preto e branco ou vermelho e branco a depender do País.

Temos visto com muita frequência na televisão e na imprensa por causa desses episódios tristes e lamentáveis que a humanidade está presenciando, que é o ataque e a invasão por parte das tropas de Israel a um dos pedaços dos territórios palestinos que é a Faixa de Gaza, com a morte já, até, ontem, deputada Marizete, foram computadas a morte de 205 crianças com menos de 12 anos nesta invasão israelense, que tem como objetivo, do ponto de vista de Israel, combater uma organização política que pretende a destruição do estado de Israel, que na opinião deles é o Hamas.

Quero dizer que a esquerda brasileira, os partidos políticos democráticos brasileiros, acho que todos os partidos brasileiros não têm uma posição da destruição do estado de Israel. O que defendemos, evidentemente, é a superação e a destruição de uma política militarista, racista, discriminatória, agressiva para com a soberania de qualquer nação e no caso concreto contra a soberania da Nação Palestina, que precisa se consolidar e se transformar também num estado Palestino, assim, como Israel é um estado, é um país, é organizado, tem suas universidades, tem suas atividades culturais, faz ciência, promove cultura, é um país que tem a vida normalizada, um país que tem suas tradições, com sua economia em funcionamento, com seu turismo, enfim, com sua arte.

Queremos, assim, como Israel tem o direito a existir enquanto país, enquanto nação, enquanto estado, que a Palestina também exista enquanto nação, enquanto país, enquanto estado e que seja respeitado pelo estado de Israel e por estados vizinhos. Assim como, também, o Líbano que é uma país que vem sofrendo guerra civil por cima de guerra civil em função do desrespeito de países vizinhos, notadamente de Israel no que diz respeito a sua soberania, ao seu funcionamento autônomo e etc.

Portanto, a colocação desta hata aqui na tribuna da Assembléia Legislativa é, mais uma vez, uma homenagem ao povo palestino, lembrando como lembrei aqui ontem que a Bahia deve muito aos imigrante árabes. Aqui está a deputada, filha do grande prefeito de Itapetinga, nosso companheiro Michel Hagge, a deputada Virgínia Hagge, que juntamente com toda a família Hagge, é filha e neta de libaneses. Já tivemos o prefeito Hagge, hoje é o controlador geral da República, nosso Jorge Hagge, que é neto ou filho de libaneses. O ex-governador Paulo Souto que é filho de

libaneses, o ex-deputado federal, Jorge Khoury que é filho de libaneses, o ex-secretário do saneamento, Mussaleim que é filho ou neto de libaneses.

Portanto, temos na literatura baiana a figura do turco que se apaixona por Gabriela cravo e canela no grande romance de Jorge Amado. Então, temos a presença dos árabes na região de Ilhéus e Itabuna que ajudaram a formar aquela grande região do cacau do nosso Estado. Temos uma grande contribuição, portanto, dos descendentes dos imigrantes árabes aqui na Bahia, para não falar no resto do Brasil. Existem no Brasil 18 milhões de brasileiros descendentes de sírios e libaneses, o que representa mais do que a população de Portugal, por exemplo, que é de 12 milhões, e quase a metade da população da Argentina, que é de trinta e pouco milhões de habitantes.

Portanto, somos um país que deve muito também a seus imigrantes. O nosso ministro da Educação, o grande ministro Haddad, é filho de libaneses, a nossa deputada federal do Rio de Janeiro, Jandira Fegalli, é filha de libaneses, Jamil Murad, vereador do PCdoB em São Paulo, é filho de sírios. Então, temos milhões de brasileiros que têm sangue sírio, sangue libanês correndo em suas veias, ao lado do sangue africano, do sangue português, ibérico e indígena que formam a nação brasileira.

Então, para concluir, deputada Marizete, quero assim reafirmar o convite a V.Ex^a, aos demais deputados e deputadas para, na quarta-feira que vem, às 11h, fazermos um ato pela paz, A Bahia pela Paz, que vai ser na Avenida Tancredo Neves, no Salvador Trade Center, aquele edifício moderno que temos ali na Tancredo Neves. Quero convidar todos os partidos políticos, do Democratas ao PMDB, passando pelo meu partido, evidentemente, pelo PT, os demais partidos desta Casa, o Sindsefaz, que aqui se faz presente, as organizações cristãs, já falamos ontem com representantes da Igreja Batista, da Igreja Católica, da Assembléia de Deus, da Igreja Universal do Reino de Deus.

Não se trata, portanto, de uma manifestação contra A ou B, não se trata de implementar uma política de incentivo ao conflito entre as religiões. Nós queremos a unidade das religiões, queremos a unidade das culturas em favor da paz, do entendimento, da solidariedade e não, da carnificina e das agressões que estão acontecendo agora na Faixa de Gaza.

Como todo o Brasil, como o presidente Lula já fez, como todos os países europeus já fizeram, como todos os países sul-americanos já fizeram, como várias Assembléias Legislativas do Brasil já fizeram, que a Assembléia Legislativa da Bahia entre também nessa corrente pela paz mundial e pelo respeito aos palestinos.

Muito obrigado pela tolerância, deputada Marizete.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Marizete Pereira):- Com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.
(Pausa)

Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre presidente Marizete, só para informar, na realidade, o tempo foi do PDT em que o deputado Javier falou, o próximo tempo seria do PR/PRTB e parece que não há orador e existe agora o tempo do PSDB. O próximo tempo é do PSDB.

A Sr^a PRESIDENTE (Marizete Pereira):- Tempo do PT/PT do B/PSL e PTB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Falaremos, durante 4 e 5 minutos, respectivamente, o deputado Javier Alfaya e eu.

A Sr^a PRESIDENTE (Marizete Pereira):- Com a palavra o deputado Javier Alfaya pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sobre a educação em nosso Estado, já que foi um assunto tratado aqui, quero fazer minhas as palavras do deputado Bira Coroa.

É verdade que nós temos uma situação muito, muito difícil na educação do nosso Estado, o professor Valdeci é testemunha disso, é um militante, um guerreiro da educação e da escola pública, mas é preciso reconhecer o esforço que os governos da Bahia e o federal têm feito.

Há pouco tempo, foram entregues 190 mil títulos de alfabetização a 190 mil baianos e baianas que se encontravam na condição de analfabetos, portanto, o Topa tem ido adiante com sucesso, regularidade, atividade e produtividade. Estão de parabéns os responsáveis pelo Topa, a Secretaria da Educação do Estado, o secretário Adeum Sauer, por essa belíssima iniciativa, o governo federal, por estar implementando essa política em plano nacional e aqui na Bahia com esse nome, batizado como Topa.

Resta muitíssimo a fazer e ontem, aqui, nós aprovamos o PET, que é um programa que unifica a política de transporte escolar ou estamos por votar. Fizemos uma matéria com que esta Casa concorda, é uma matéria que esta Casa aprova e é uma matéria que visa pôr fim a uma situação não diria de descabro, mas de informalidade exagerada que estamos agora constatando, deputado Rogério, por exemplo, nas prefeituras. Vendo de perto, V.Ex^a, que tem muita experiência, seu pai foi ou é prefeito de uma cidade do Recôncavo, uma família que tem tradição junto às administrações municipais, sabe constatar como é difícil ter um serviço de qualidade na área de transporte escolar na zona rural, especialmente nos nossos municípios interioranos.

Portanto, vejo com bons olhos a chegada de uma matéria como essa aqui na Casa, que nós a aprovamos, porque as nossas crianças precisam de um transporte seguro e de qualidade, especialmente nos deslocamentos da zona rural.

Nesta Casa está para ser votada, também, uma matéria que versa sobre o plano de cargos e salários dos nossos queridos professores e professoras do Estado, tanto do ensino fundamental, da 1^a à 8^a séries, como do 1^o ao 3^o anos, como também do Ensino Superior, e, diferentemente do que ocorria em épocas passadas, lembro aos companheiros e companheiras fazendárias aqui presentes, chega a esta Casa uma

mensagem com a aquiescência dos sindicatos, o que é uma grande novidade.

Quer dizer, vem um projeto do governador Jaques Wagner, acompanhado de uma ata de concordância com aquele projeto, assinado, no caso dos professores, pela APLB-Sindicato, e no caso dos professores universitários, das diversas associações de docentes que representam as quatro universidades estaduais, que são a Uneb, Universidade do Estado da Bahia, a UEFS, Universidade Estadual de Feira de Santana, a UESC, Universidade Estadual de Santa Cruz, e a UESB, Universidade Estadual do Sudoeste Baiano.

Portanto, é uma situação nova, inédita, positiva. Claro e certamente, tanto um plano como outro não têm tudo aquilo que se pleiteia, que se reivindica, que se pretende e que se espera, mas são avanços que colocam a luta dos professores, de agora em diante, num outro patamar e num outro nível de conquista.

Sendo assim, são avanços reais na educação que estamos presenciando e vamos ver mais desenvolvidos nos próximos meses, em função da aprovação desses projetos na Casa.

Permita-me, só para concluir, deputara Marizete, que nessa sequência quero convidar a todos os deputados e deputadas para um debate na terça-feira às 10 da manhã, na sala da Comissão de Saúde, sobre o projeto que o governo está por enviar a esta Casa ou já enviou, no que diz respeito ao plano de cargos e salários dos trabalhadores e trabalhadoras da Secretaria da Saúde.

Há pleitos de médicos que não são da Secretaria da Saúde, que estão fora deste plano, e há pleitos dos auditores da Secretaria da Saúde, que são segmentos que não se sentem contemplados pela proposta inicial, mas o governo, como é de seu feitio, tem um comportamento democrático. O secretário Jorge Solla e seus companheiros de administração e comando na secretaria têm recebido permanentemente o Sindsaúde o Sindmed e outras entidades para, nesse processo de negociação, todos juntos encontrarem os caminhos e as soluções – e o texto final que deverá ser apreciado e votado neste Plenário.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre presidente Marizete, o colega Javier já falou aqui da situação do Oriente Médio, do conflito e da ofensiva de Israel contra os palestinos. Eu gostaria de inserir nos Anais desta Casa uma matéria do portal *Vermelho*, do nosso partido, que tem como título (lê) *“Agenda dos protestos: vá às ruas, dê o grito pela paz em Gaza”*.

“A partir desta quinta (8), entidades, movimentos sociais e partidos estarão realizando novas passeatas contra a guerra de Israel e em solidariedade à Palestina. Diversas cidades compõem a agenda de protestos, que se estende até domingo (11). As ações se somam as já realizadas no País e no mundo desde 27 de dezembro, início do genocídio israelense à população da Faixa de Gaza. Faça parte da luta pelo

imediatamente cessar-fogo em Gaza. Pegue sua bandeira, participe dos protestos, dê o seu grito pela paz.”

Estamos aqui também em Salvador, diversas entidades, o Cebrapaz, o Iapaz - Instituto de Ação e Estudos pela Paz com justiça social, diversas entidades sindicais, a CTB, organizando uma manifestação para a próxima quarta-feira, a partir das 11 horas, na Tancredo Neves. Portanto, é uma manifestação contra esse conflito. Na realidade, lutamos pela paz, pela paz mundial. Esse conflito não interessa à humanidade. Não interessa ao povo do Oriente Médio, não interessa ao povo de nenhum continente. É um conflito que tende a gravar a situação internacional, é um conflito que atende ao interesse do grande império norte-americano. Precisamos desenvolver ações para que as populações alcancem a paz. O Estado Palestino é uma necessidade urgente, Israel precisa respeitar isso. É preciso que haja a convivência pacífica entre os povos. Não interessa a ninguém, não interessa a nenhum país, não interessa a nenhum continente essa guerra e esse conflito.

Portanto, a partir das 11 horas, na quarta-feira, haverá uma manifestação organizada pelo Cebrapaz, uma entidade que luta pela paz mundial, da qual o nosso camarada Javier Alfaya é o vice-presidente nacional. É uma entidade que tem participado de eventos não apenas no Brasil mas no mundo inteiro. Aqui, juntamente com outras entidades, está organizando essa manifestação na Tancredo Neves, a partir das 11h da quarta-feira. É uma manifestação que precisa da participação não apenas das entidades, mas dos parlamentares. A luta pela paz mundial não é a luta de um partido, não deve ser a luta de um segmento apenas, deve ser a luta de todos. Não interessa a ninguém essa guerra. Não interessa ao nosso País, não interessa ao Estado da Bahia, não interessa a nenhum ser humano. Essa guerra é um massacre de crianças, de inocentes, à população civil, desnecessariamente; é um massacre que não se justifica. Portanto, é necessária essa manifestação, é necessário se constituir o comitê pela paz, é necessário darmos encaminhamento a esse processo.

O deputado Javier Alfaya já fez uma moção que foi assinada por diversos parlamentares, e outras ações devem ser feitas para que consigamos alcançar a paz na região e a paz mundial.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não há orador.

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Não há orador. Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria, ou Líder do PMDB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr^a. Presidenta, falará pelo tempo de 5 minutos o deputado Zé Neto e pelo tempo de 4 minutos o deputado Getúlio Ubiratan.

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr^a Presidenta, inicialmente, é um prazer vê-la na

presidência desta sessão, deputada Marizete. Soube que V.Ex^a é avó mais uma vez, é isso? Estou sabendo hoje dessa notícia. Felicito V.Ex^a por mais essa alegria na vida, acompanhada da nossa linda deputada, nossa amiga, tão formosa e tão querida por todos nós que é a deputada Virgínia Hagge. Do outro lado, o Jura, todo mundo sabe que ele recebeu o prêmio como um dos deputados mais assíduos desta Casa, nosso deputado Jura da região de Ipirá. De vez em quando ele pega uns votinhos meu lá em Feira, mas eu já disse a ele: cuidado, a coisa ali não é tão solta como você pensa não.

Mas, Sr^a Presidente, venho de uma viagem com o governador do Estado, Jaques Wagner, de Feira de Santana, onde instalamos 3 turmas de internamento hospitalar domiciliar.

Deputado Jurandy, é uma revolução! Essas coisas na política só vale a pena ir, deputado Javier, sentir de perto. Fomos ao Clériston Andrade, fizemos os atos formais, visitamos o Clériston Andrade que passa por uma revolução. Saímos de 1070 funcionários para 1480, são 410 funcionários a mais. Ampliamos em 60 leitos no ano passado. Este ano, são mais 90 leitos de internamento hospitalar domiciliar formando 150 leitos. Saímos de 400 para 550 leitos, é mais 1/3 de crescimento no Clériston Andrade. A deputada Eliana nos acompanhou lá com o governador. Foi uma visita muito importante. Temos no Clériston Andrade hoje a segurança de que as coisas estão melhorando, óbvio que muito ainda resta a fazer. Saímos do atendimento de 10 leitos de UTI para o atendimento de 26 leitos; saímos de 5 leitos de semi-UTIs para 15 leitos. E as coisas estão funcionando, graças a Deus, num compasso muito importante para o conjunto da Saúde do Estado.

Mas, com o governador, visitamos as pessoas que estão sendo atendidas dentro das suas casas com a visita hospitalar domiciliar. Deputado Javier, é uma revolução! Vi um senhor que a esposa nos disse: Ele estava quase morrendo e quando veio para casa com o nosso carinho, com o nosso amor, com o nosso atendimento e com a atenção que vocês deram ele melhorou 80%. E ele, feliz da vida, disse que a melhor coisa do mundo foi voltar para casa, que ele ficava inseguro no hospital e dentro de casa se sente mais à vontade. E chegamos lá, nos tínhamos duas visitas, uma *stand by* e fizemos uma e o governador queria fazer a outra. E fomos fazer a outra. Na hora que chegamos, a equipe estava acabando de dar atenção a ele, ele todo limpinho, arrumado, lá deitado, com atendimento médico com respirador, com tudo. Então isso é uma revolução, porque na Bahia que nós estamos fazendo com que isso funcione a contento.

Acho que nós que sabemos de perto o que é Saúde no Estado, a Saúde que nós encontramos, a Saúde que nós estamos construindo. Inclusive, o secretário Jorge Solla anunciou dois centros avançados de atendimento de urgência e emergência em Feira de Santana. Um se chamará Huppés e será construído em frente ao Clériston Andrade. O outro vai ser construído em parceria com a prefeitura municipal de Feira de Santana dando o exemplo de que temos que fazer disputa política no momento certo, mas que disputa para melhoria de vida do nosso povo essa nós não fazemos. Essa nós fazemos para saber quem faz mais, mas não buscar qualquer divergência que implique em não buscar a melhoria da qualidade da Saúde do nosso Estado.

Vamos fazer esses dois centros avançados de atendimento de urgência e emergência em Feira de Santana e temos certeza do nosso caminho na área de saúde. O governador veio muito feliz, deputada Eliana Boaventura, de Feira de Santana. E eu posso dizer que a construção do Hospital da Criança é uma outra realidade que, aliás, deve ser frisada, um investimento de 38 milhões, obra andando rapidamente, inclusive. E é isso que temos proporcionado a uma Saúde que precisa muito, mas é bom que a gente ressalte que muito tem sido feito.

Venho, neste momento, fazer esse discurso para pontuar esse tanto muito importante para o Estado da Bahia e para o nosso povo.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE(Marizete Pereira):- Com a palavra o deputado Getúlio Ubiratan pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados Álvaro Gomes, Javier Alfaya, Rogério Andrade, deputada Eliana Boaventura, vou fazer um alerta nesta Casa hoje a respeito de uma notícia que recebemos da região do Extremo-Sul relacionada a presença da dengue no município de Caravelas. Foi confirmada ontem uma vítima. E em função das dificuldades para a medicação de urgência, para ser controlado o estado de saúde desse paciente, ele teve de ser transferido para Vitória, capital do Espírito Santo, ontem mesmo.

Quero, aqui, louvar algumas atitudes que, de imediato, foram tomadas pelo prefeito do município recém-empossado, o prefeito Loló, colocando imediatamente, e até com dificuldades, um laboratório dentro do distrito de Barcelona, um dos principais distritos da Cidade de Caravelas.

Agora, infelizmente, tomo conhecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Javier Alfaya, da situação vexatória em que muitos dos prefeitos baianos recém-empossados encontraram seus municípios. Isso tudo, Sr^a Presidente, Srs. Deputados, se dá devido à impunidade que tem ocorrido aqui, na Bahia. Infelizmente, alguns maus gestores agem irresponsavelmente e entregam os municípios a seus sucessores numa situação de verdadeiro caos.

Temos, por exemplo, em nossa região do Extremo Sul o Município de Lajedão, no qual o prefeito Danilo Fraga está vivendo, no início de seu mandato, uma dificuldade imensa. Vejam vocês a que ponto chega a audácia de alguns maus gestores. A ex-prefeita, ao final de seu mandato, quis entregar a última patrol do município a alguns agiotas com quem havia firmado compromisso para arrecadar dinheiro para sua campanha. Isso só não aconteceu devido à ação da comunidade. A que ponto, Sr^a Presidente, chega a audácia de alguns maus gestores.

Em vários municípios de nossa região, o Extremo Sul, prefeitos recém-empossados estão convivendo com a sujeira na cidade, porque, ao final do mandato dos prefeitos anteriores, a coleta do lixo não foi realizada. Também estão ruins as situações da educação e da saúde.

Então, eu trago para esta Casa a minha indignação, Sr^a Presidente, com relação a isso. Reitero, tais fatos decorrem da impunidade, pois esses maus gestores não são

punidos com rigor. E a punição, realmente, Sr^a Presidente, cá para nós, deve ser a cadeia. Infelizmente, o ladrão de galinha e, às vezes, o pobre, com dificuldades até para manter a sobrevivência de seu filho, é que vai parar na cadeia e lá apodrece. Infelizmente, alguns figurões não pagam por aquilo que realmente cometem.

Para mim, isso significa... Eu não falo nem em corrupção, nem em mau gestor, eu já coloco no português correto. Existe um tipo de situação em que o administrador, realmente, não dá a contribuição eficaz para melhorar...

Sr^a Presidente, para concluir.

Para mim, reitero, a punição para esse tipo de gesto é cadeia, é apodrecer, realmente, na prisão.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o do Democratas para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Rogério Andrade:- Não há orador, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr^a Presidente, o deputado Javier Alfaya falará por 5 minutos; e eu falarei por 4 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Marizete Pereira):- Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Javier Alfaya.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr^a Presidente, o assunto trazido aqui pelo deputado Ubiratan é de grande importância. Estamos vendo como as novas e os novos administradores municipais têm se deparado com gravíssimas situações deixadas por herança ou criadas nos últimos dias da administração anterior nas prefeituras. Todos nós assistimos a uma reportagem feita, me parece, pela *Globo* sobre prefeituras no Paraná e em São Paulo nas quais os novos gestores encontraram o gabinete do prefeito incendiado, os computadores sem nenhum tipo de registro, ou mesmo destruídos fisicamente, e parte da sede da prefeitura destruída.

Conversei com o prefeito “Gude”, da pequena e simpática cidade de Ibirapitanga, limítrofe com Gandu, já no final da região do cacau no nosso Estado, e ele me comunicou que simplesmente a prefeitura não tinha telefone, deputada Marizete! Era necessário ligar para uma casa vizinha ou de um funcionário que trabalhava no gabinete para poder fazer contato com o prefeito, porque há vários meses a prefeitura estava sem telefone. No próprio gabinete do prefeito não havia uma linha em funcionamento! Não era simplesmente uma conta que não tinha sido paga e o telefone havia sido suspenso pela prestadora de serviço. Simplesmente a linha tinha sido tirada da prefeitura.

Então, é um quadro que se repete em níveis diferentes pelo interior inteiro da nossa Bahia. São situações de desrespeito com o povo que, ao eleger uma pessoa que não era da corrente política que estava à frente da prefeitura, fez sua opção. E ela tem

de ser respeitada. Os gestores que terminam seus mandatos têm de respeitar a decisão soberana da população através do voto na urna.

É uma situação completamente absurda e criminosa a que estamos assistindo, por exemplo, no terreno da limpeza pública, do transporte escolar, da administração das escolas propriamente dita, já que uma das práticas de boicote às novas administrações, deputada Marizete, é ade impedir ou dificultar a boa realização da matrícula escolar, que já se faz agora no final de janeiro e início de fevereiro, antes do Carnaval. Depois, ou em meados do mês, já temos a primeira semana de aula, que é a jornada pedagógica com os professores. Então, o que nós temos visto é uma atitude cruel, criminosa e desrespeitosa de ex-gestores, ex-responsáveis pela administração dessa ou daquela prefeitura.

Eu pretendo fazer um pronunciamento mais extenso e mais detalhado acerca deste assunto na semana que vem, versando principalmente sobre as prefeituras que o meu mandato ajudou a construir, destacadamente as 18 em que o meu partido conseguiu eleger seus dirigentes por todo o Estado da Bahia. De Juazeiro ao Extremo Sul, temos hoje representantes do PCdoB à frente de diversas administrações.

No caso de Juazeiro, a quarta cidade da Bahia, ela é dirigida brilhantemente pelo companheiro Isaac Carvalho e por uma equipe destacada de gente comprometida e honesta, inclusive com experiência administrativa em outras gestões, como é o caso do secretário da Educação, que veio do município vizinho de Petrolina, em Pernambuco, e de outros tantos professores universitários que compõem o quadro da secretaria. Mas o que nós vimos é que já estamos no dia 8 de janeiro e até agora a prefeitura tem dificuldade de encontrar informações, por exemplo, a respeito do roteiro do transporte escolar ou informes mais precisos sobre saúde ou os projetos de infraestrutura.

Isso num momento em que a Bahia toda sabe que no Norte, banhado pelo São Francisco, a cidade de Juazeiro e outras cidades da região, apesar do forte calor aqui no litoral e do belíssimo sol que nós estamos vivendo esses dias na cidade, especialmente no dia de hoje, um dia belíssimo, mas é um período de grandes chuvas no São Francisco.

Janeiro é um mês de alagamento em que ocorre inundação na cidade de Juazeiro, porque há muita chuva na cabeceira do Rio São Francisco e quando a barragem do Sobradinho precisa abrir as suas comportas, para alargar um grande volume de água, algumas cidades acabam sofrendo inundações, como acontece com a nossa querida Juazeiro.

Portanto, janeiro é um mês de sol e festas no litoral da Bahia, mas em alguns lugares do nosso interior é um mês em que há muitas chuvas, e nós temos grandes problemas com as infraestruturas urbanas. É o caso de Juazeiro, de Casa Nova, de Remanso, de Pilão Arcado e de algumas cidades que ficam naquele trecho do nosso Estado, banhadas pelo grande Rio São Francisco.

Chamo a atenção da postura irresponsável daqueles que, passando pelas administrações, fazem propagandas belíssimas, inventam uma situação fantasiosa, orgulham-se de informações passadas que são falsas quando se chega à

administração, quando se percebe nos computadores certas informações ou a ausência delas; quando se vê os relatórios constata-se a situação de leviandade.

Para encerrar o pronunciamento, deputado Álvaro, basta dizer que ontem, um companheiro nosso, Fernando, que é secretário de governo de Isaac Carvalho, nos informou que boa parte dos cargos de confiança da prefeitura de Juazeiro simplesmente não existiam formalmente, era uma prática informal feita pelo prefeito anterior, na medida em que quando eles foram olhar o organograma da prefeitura boa parte dos cargos de confiança não existiam, porque não tinham sido aprovados em lei. Eles existiam informalmente, numa prática irregular da administração anterior.

Então, a reforma administrativa que seria feita agora em janeiro, enviada já pelo prefeito Isaac Carvalho, será postergada, descobriu-se que boa parte daqueles que trabalhavam e dos que estão sendo nomeados, quando o foram não havia lugar para nomeação, porque o cargo de confiança simplesmente não existia.

Isaac Carvalho, o PCdoB, o PSDB, os partidos aliados do PMDB, todos os demais partidos e pessoas sem partido que estão na administração, gente do Partido Verde, inclusive gente do PT que foi convidado também por Isaac, em todos os níveis da administração. Há pessoas de diversos partidos, alguns que integraram a frente que apoiou e elegeu Isaac, outros que não apoiaram enquanto partido, mas apoiaram individualmente. Nós temos uma administração composta de maneira democrática, sem preconceito, com base na competência, no compromisso e na honestidade.

Então, acho que administrações como a de Isaac vão enfrentar situação de descalabro que ocorrem em quase todo o interior do nosso Estado e, dessa forma, deverão superar os gravíssimos problemas que as administrações municipais encontram e que devem receber todo o nosso apoio, a partir da Assembléia Legislativa.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Marizete Pereira):- Estamos encerrando os trabalhos. Tem o deputado Álvaro que vai falar por 4 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Eu queria abordar um projeto do Poder Judiciário, que extingue as varas de relação de consumo. Esse projeto chegou à Assembléia Legislativa e está tramitando de forma natural, mas é extremamente polêmico, a tal ponto de se formar uma comissão, um núcleo de entidades em defesa das varas de relação de consumo.

Fui o relator da Lei de Organização Judiciária. Nessa lei seriam incluídas as varas de relação de consumo. Essa é uma polêmica antiga, pois mesmo do projeto chegara aqui à Assembléia Legislativa a posição de não incluir, ou melhor, de extinguir as duas varas de relação de consumo que existiam.

O movimento social e as entidades de defesa do consumidor reivindicaram do presidente do tribunal a inclusão das varas de relação de consumo e a não extinção. Portanto, foram criadas 17 varas de relação de consumo.

Esse projeto de lei, a Lei de Organização Judiciária, que é muito mais amplo, ele aprovou essas varas de relação de consumo. O tribunal enviou um projeto

extinguindo, isso gerou uma polêmica muito grande, formou o Fórum de Defesa da Vara de Relações de Consumo contra a sua extinção, e nós encaminhamos um documento para o presidente da Comissão de Reforma da Lei de Organização Judiciária, desembargador Eserval, que submeteu o nosso documento à apreciação da comissão e aprovou por unanimidade o nosso posicionamento de que não deve extinguir a Vara de Relações de Consumo.

Essa decisão da comissão, naturalmente, será submetida ao Plenário do Tribunal. Este se aprovar a decisão da comissão, enviará para Assembléia Legislativa o projeto que é a reivindicação do fórum de entidades que lutam contra a extinção da Vara de Relações de Consumo. Estaria, portanto, o problema resolvido definitivamente.

Se o pleno do Tribunal aprovar essa decisão da Comissão de Reforma da Lei de Organização Judiciária, foi aprovada por unanimidade, nós teremos esse problema definitivamente resolvido. Acho que essa é a melhor alternativa, porque mantém o pacto negocial, não estabelece retrocesso que seria extinguir a Vara de Relações de Consumo. Estamos torcendo para que o Tribunal tome essa decisão em reunião do pleno, para que nós possamos definitivamente resolver esse problema, que é bastante polêmico, que é uma luta do Movimento de Defesa do Consumidor e de toda a sociedade.

Temos que avançar e não retroceder. A Lei de Organização Judiciária é uma das leis mais importantes que aprovamos aqui nos últimos 30 anos, precisa ser implementada para ter eficácia. Temos um avanço na Lei de Organização Judiciária, está de parabéns a presidente Sílvia Zarif quando ampliou o número de Varas de Violência Doméstica e Familiar. A deputada Marizete é testemunha da luta do Movimento de Mulheres para incluir as Varas de Violência Doméstica e Familiar. Na época, como relator, eu defendia que toda a cidade com 100 mil habitantes fosse incluída uma Vara de Violência Doméstica e Familiar, foram aprovadas 3 Varas apenas.

Agora, o próprio tribunal manda um projeto de lei ampliando o número de Varas de Violência Doméstica e Familiar, que é positivo, e que vem no caminho da especialização. A lei avança, consolida-se. Foi instalada já uma Vara de Violência Doméstica e Familiar. A extinção da Vara de Relações de Consumo seria um retrocesso. Nós temos que avançar, nós temos que implementar a Lei de Organização Judiciária, e não a retroceder.

Portanto, acredito que o tribunal terá o bom senso, o seu pleno, de aprovar essa resolução da comissão, que é um anseio de todo o movimento, para que a gente tenha esse problema definitivamente resolvido e seja mantida e instalada a Vara de Relações de Consumo do Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marizete Pereira):- Não havendo matéria na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*